revista da faculdade de ciências econômicas

2

DEZEMBRO DE / 73

SEC-39592
-2720-

- economia
- administração
- ciências contábeis

a opção é sua

seja um técnico a serviço
do desenvolvimento
do Amazonas

faculdade de ciências econômicas
da
universidade do amazonas

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MARIO YPIRANGA MONTEIRO

RFCE

Ano II

Nº 2

Dezembro/1973

expediente

Revista editada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas

REVISTA
DA FACULDADE
DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Reitor: Prof. Aderson Pereira Dutra

Diretor da FCE: Prof. José Jefferson Carpinteiro Péres

composta e impressa nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

A correspondência deverá ser enviada para a Faculdade de Ciências Econômicas

Rua Emílio Moreira, 601

sumário

Jefferson Péres	5	Zona Franca, Desenvolvimento e Estagnação
José Seráfico de Carvalho	9	O Empresário e o Dono de Negócio — Iguais? Nunca!
	13	A Projeção das Exportações — Outras Fontes de Divisas
Randolpho Bittencourt	27	A Integração do Homem no Trabalho
Luiz Amazonas Pimentel	30	Assessoria — função de Conhecimento/Experiência
José Edson de Menezes	32	O Nosso Curso de Administração

ZONA FRANCA, DESENVOLVIMENTO E ESTAGNAÇÃO

Jefferson Peres

O advento da Zona Franca — com a reanimação dos negócios e a implantação de algumas indústrias novas, de par com a superabundância de mercadorias estrangeiras postas repentinamente à disposição do consumidor — provocou, como é natural, um clima de euforia e confiança que, não obstante os vaivéns da Lei, perdura até hoje. Esse estado de espírito é altamente positivo ao propiciar as condições subjetivas necessárias à manutenção do processo de desenvolvimento, que não pode vingar numa atmosfera de pessimismo e descrença. Por outro lado, os inegáveis benefícios decorrentes do decreto-lei 288 não devem obscurecer — como, infelizmente, parece estar ocorrendo — o fato de que o "boom" por ele gerado constitui fenômeno circunscrito à área da capital, sem nenhuma repercussão no interior. Este, longe de se beneficiar do esperado poder de irradiação da Zona Franca, foi talvez prejudicado pela aceleração do fluxo migratório rumo a Manaus. E, o que é pior, conquanto nossas elites dirigentes demonstrem sensibilidade para o problema, ainda não lograram, a nosso ver, formular uma política de desenvolvimento capaz de conter esse processo de esvaziamento que se agrava continuamente, sem perspectiva de solução a prazo previsível.

É verdade que o êxodo rural não representa coisa nova nem é apenas local, mas um fenômeno histórico irreversível que, iniciado na Europa a partir da revolução industrial de fins do século XVIII, estendeu-se mais tarde a todo o mundo e acentuou-se, nos países subdesenvolvidos, depois da Segunda Guerra Mundial. A urbanização é mesmo condição necessária à industrialização, que se processa mediante a incorporação da força de trabalho excedente no campo. Nos

países de economia madura a migração para as cidades é duplamente vantajosa na medida em que supre de braços os setores secundário e terciário e alivia as zonas rurais do excesso de mão-de-obra liberado pela agricultura que se moderniza.

Essa transferência de população para os centros urbanos torna-se um problema se, como vem acontecendo em nosso Estado, não ocorre, por um lado, qualquer inovação tecnológica na agricultura (ou na indústria extrativa), que mantém sua baixa produtividade e, por outro, a população que se desloca para as cidades não encontra ocupação porque os setores industrial e de serviços não geram empregos suficientes. Aliás, essa ampliação insuficiente do mercado de trabalho se verifica também no Nordeste, de forma a causar preocupação aos técnicos da SUDENE. E note-se que o Produto da região nordestina vem mantendo há mais de dez anos uma taxa de crescimento superior a 7% ao ano, ritmo que não se interrompeu mesmo durante as vicissitudes experimentadas pela economia brasileira no período 1962/65. É que, lá como aqui, as indústrias que se instalam caracterizam-se por uma alta densidade de capital, sendo, portanto, pouco absorvedoras de mão-de-obra. Problema tanto mais difícil de solucionar quanto não se trata de uma opção a ser feita, mas de uma contingência inelutável, visto que a alternativa seria a utilização de equipamento obsoleto, vale dizer, seria a implantação de indústrias que já nasceriam superadas porque produzindo a custos altos e, por isso mesmo, com seu poder de competição anulado.

No nosso caso existem aspectos ainda mais negativos porque ao mesmo tempo se verifica uma contínua perda de dinamismo da economia interiorana, fundada principalmente no Setor Primário, que nos últimos anos se apresentou estagnado ou mesmo declinante. Se considerarmos que a população rural cresceu, em números absolutos, podemos concluir que a renda per capita do interior deve ter-se reduzido sensivelmente.

Esse quadro parece ainda mais sombrio se tivermos em mente que essa deterioração afeta principalmente a borracha e a juta, responsáveis por mais de metade da renda gerada no Setor Primário. É certo que, no caso da economia gomífera, isto decorre da inviabilidade dos seringais silvestres, cuja exploração se faz em condições antieconômicas e anti-sociais. Sua lenta agonia, agora abreviada com a taxação do imposto territorial em bases inteiramente inadequadas à realidade regional, não chegaria a constituir um malefício não fosse a mesma uma atividade fortemente empregadora e um dos poucos fatores de povoamento dos altos rios, em alguns dos quais representa a única forma de exploração econômica voltada para o mercado.

Quanto à juta, cuja introdução se constituiu num evento da mais alta importância, ao marcar a passagem da fase do extrativismo florestal para a etapa mais avançada da grande agricultura comercial, sua estagnação, que está a merecer um estudo em profundidade, torna-se bem mais inquietante por se tratar de um produto com grandes possibilidades de expansão.

Esse persistente declínio da economia hinterlandina tem sido em parte mascarado pelo progresso, de certo modo artificial, das sedes municipais, graças às injeções de recursos federais em obras de urbanização e serviços de água e energia elétrica. Tais melhoramentos, se bem que contribuam para elevar o padrão de existência dos seus habitantes, não refletem, contudo, o desenvolvimento desses municípios, além de não terem consequências de ordem econômica. Mesmo as usinas de energia elétrica, seja pelo seu alto custo operacional e pequena capacidade, seja pela inexistência de "economias externas" — para usar a linguagem marshalliana — não são suficientes para provocar um surto industrial, ainda que modesto. Dir-se-ia que são usinas de destinação social e não econômica. Certo, e é bom que continuem sendo instaladas, mas isto não faça esquecer que elas iluminam sedes de municípios que jazem em estado de lamentável prostração econômica.

Parece-nos um erro supor que essa estagnação venha a ser superada através do crescimento da Zona Franca, tal como se processa atualmente. Manaus somente se transformará num polo de irradiação na medida em que estabelecer vínculos com o interior, isto é, na medida em que sua industrialização se fizer com base no aproveitamento de matérias-primas regionais. Somente o impulso dinâmico proveniente do parque manufatureiro da capital, criando uma demanda permanente de produtos primários do interior, será capaz de promover a articulação da economia estadual e dar às atividades extrativas e agro-pecuárias condições de estabilidade e crescimento.

Infelizmente isso não está acontecendo. A expansão de Manaus, a partir da Zona Franca, ameaça repetir aqui o que ocorre nos chamados países de economia encravada, caracterizados pela existência de um setor moderno e dinâmico voltado para o exterior, cujo dinamismo não se propaga ao setor tradicional da economia, que permanece em regime de baixa renda e baixa produtividade. Ao impedir a integração econômica do Estado, essa anomalia tem o duplo inconveniente de, por um lado, deixar a indústria da capital depender, precariamente, da vigência de uma lei com prazo limitado e, por outro, condenar o interior a um subdesenvolvimento talvez irremediável. Isto para não falar na pressão demográfica, que hoje se faz sen-

tir com intensidade crescente. Ao contrário do que ocorria no passado, quando a emergência de uma crise fazia o sistema regredir para uma economia de subsistência por onde se filtrava a mão-de-obra sobrante, hoje,, com as facilidades de transportes e comunicações, tornando as cidades acessíveis e difundindo entre as populações rurais os padrões de consumo dos centros urbanos, ao primeiro sinal de recessão o homem do campo trata de emigrar em busca de ocupação permanente e melhores condições de vida. Sendo que, no nosso caso, essa força de imantação é bem maior graças aos aliciantes da Zona França, que agem poderosamente sobre a imaginação do rurícola. Não terá sido por mera coincidência que nos últimos anos, em nossa cidade, os sintomas de patologia social, como a proliferação de favelas, o aumento da criminalidade, o incremento da prostituição e do número de menores abandonados, etc., já vão assumindo proporções assustadoras.

Não se veja na análise acima, porém, qualquer condenação à Zona Franca, que continua a ser um instrumento válido de desenvolvimento, desde que corrigidas as distorções apontadas. Isto, a nosso ver, poderá ser alcançado se os órgãos regionais de desenvolvimento reformularem seus critérios de modo a concederem tratamento prioritário (a) às indústrias processadoras de matérias-primas locais e (b) aos projetos agro-pecuários, além de (c) promoverem o inventário dos nossos recursos naturais com vistas à ampliação das oportunidades de investimento. Esse elenco de medidas aparentemente simples pode ter consequências profundas no sentido de anular a deformação que ora se observa em nossa estrutura econômica, com sérios riscos para o nosso futuro.

Sem a pretensão de enunciar verdades incontestáveis, temos, ao contrário, plena consciência de que fazemos apenas um diagnóstico preliminar porque calcado em dados que dependem de verificação empírica. Nosso principal objetivo, ao levantar a questão, é exatamente instar as agências oficiais a essa tarefa de pesquisa e levantamento que precisa ser levada a cabo com a metodologia científica adequada. No entanto, já nos daríamos por satisfeitos se lográssemos estimular a discussão em torno do assunto, rompendo o tabu em que se transformou a Zona Franca, pelo falso temor de que argumentos menos favoráveis levem água ao moinho dos seus adversários. Tal atitude não nos parece construtiva e apenas revela a imaturidade dos que a sustentam. Os incentivos contidos no Decreto-Lei 288 constituem, sem dúvida, fatores institucionais de desenvolvimento que precisam ser defendidos com firmeza. Mas já é tempo de submetê-los a exame crítico, através de um debate de alto nível que sirva para definir o seu papel no contexto da região.

Não vem ao caso, nesta oportunidade, analisar de que maneira se vem fazendo a contribuição do Poder Político, dado que nos interessam mais de perto os aspectos administrativos e econômico do fenômeno. Sobretudo se atentarmos para as dificuldades encontradas em nosso país para tornar realidade o ansiado progresso sócio-econômico, veremos que repousa muito mais na incapacidade de absorvermos atitudes funcionais que em outros fatores o foco de resistência a necessárias e urgentes mudanças.

Nesse particular, convém mencionar que a própria imprensa brasileira, dado o seu papel eminentemente informativo e educativo, participa ativamente da formulação das distorções, que colocam os homens de negócio brasileiros em total descompasso, relativamente aos seus colegas do exterior.

Basta que se exemplifique com a frequente e incômoda confusão que certo tipo de colunistas faz entre o empregado de banco e o banqueiro. Com efeito, é muito comum em nosso país tachar-se qualquer empregado de banco destacado para missão delegada da diretoria ou comissionado em algum cargo importante mas transitório e dependente, de banqueiro. Eis, portanto, uma afirmativa que vai confundindo os próprios empregados, algum dia firmemente convencidos daquela inverdade que o equívoco proposital faz questão de propalar.

Esse é um pequeno exemplo de um mal maior, consubstanciado na auto-imagem que se fazem os homens de negócios brasileiros, julgando que podem ser chamados de empresários, impunemente, sem que nenhuma responsabilidade lhes caiba, em razão dessa sua condição de homens de empresa. Numa palavra: confunde-se o dono de negócio, o proprietário de uma fábrica ou de várias ou de uma rede de estabelecimentos comerciais, com o empresário — dirigente industrial ou comercial atualizado com as técnicas modernas de administrar e homem consciente da missão social e progressista da empresa moderna.

É preciso, antes de qualquer outra coisa, que se estabeleça a necessária distinção entre o empresário e o dono de negócio, para só então passarmos a analisar o papel que cada qual tem desempenhado na vida sócio-econômica brasileira.

Que é, pois, que distingue um legítimo empresário de um simples e antiquando dono de negócio?

Em primeiro lugar, o aspecto mais óbvio de todos: o empresário não administra, necessariamente, seu próprio negócio, podendo fazê-lo, se qualidades apresentar para tanto. O dono de negócio, porém, sente a necessidade premente de estar à testa de seu estabelecimento, como condição até de sua auto-realização como pessoa humana.

O EMPRESÁRIO E O DONO DE NEGÓCIO -- IGUAIS ? NUNCA !

José Seraphico de Carvalho

O capitalismo contemporâneo e o socialismo de nossos dias, talvez cansados de suas extremadas posições do passado, buscam mais pontos de aproximação que de divergência. Graças a essa perspectiva, assiste-se, nos dias que correm, acontecimentos nunca dantes imaginados: a intervenção do Estado no domínio econômico assumindo proporções jamais concebidas, nos Estados Unidos da América do Norte, e a implantação de empresas ocidentais na União Soviética.

A ditar tal procedimento governamental encontra-se, num e noutro caso, a tentativa de corrigir distorções que causam desigualdades intoleráveis ou a pressão pelo alcance de níveis de bem estar material mais elevados.

Mitigam-se, pois, o socialismo extremado e o capitalismo dogmático. Ambos cedem tudo o que lhes soa antiquado e defasado, em relação aos dias presentes.

Não é sem algum sacrifício que tais modificações se vêm introduzindo, sendo o maior deles o ponto de vista de que vale à pena esquecer compromissos com nações mais pobres a que se alia cada uma das grandes potências, quando se trata de melhorar as condições internas de ambas.

Tal panorama do mundo político-econômico contemporâneo só é possível, porém, graças à idéia que se fazem de si próprios os dirigentes e empresários das duas maiores potências da Terra. Sem o perfeito entendimento do papel que representam e da responsabilidade social que marca suas atividades, os homens que ocupam postos-chaves da administração pública, nos Estados Unidos e na União Soviética e os homens de empresa de ambas as nações jamais poderiam contribuir decisivamente para a mudança que hoje se opera.

Uma segunda diferença consiste em que o empresário reconhece que seus recursos (sejam máquinas, instalações, dinheiro, pessoas), ao serem aplicados, o são dentro de um contexto social mais amplo, a ele devendo relacionar-se e por isso assumindo responsabilidades irrecusáveis. Já o dono de negócio considera o lucro — quanto maior, melhor —, móvel único e exclusivo de sua atividade. O bem-estar coletivo e a satisfação de necessidades da população e seu estabelecimento nada têm a ver, uns com o outro.

Finalmente, para não sermos por demais prolixos, observa-se que o dono de negócio é auto-suficiente, só ele sabe das coisas e aprecia demais que o considerem um autodidata, embora sua literatura não passe dos livros de caixa e razão, balanços e balancetes. A experiência, para ele, é tudo, não importa que ela seja uma vida de cinquenta anos no mesmo ramo, a repetir, ano após ano, os mesmos procedimentos e as mesmas ações, como se a vida fosse estática e o mundo de hoje fosse o mesmo das cavernas. O empresário, ao inverso, tem bem a medida das mutações por que passa o mundo, conhece suas limitações e não se sente diminuído ao necessitar de serviços profissionais de terceiros.

A pergunta seguinte será, portanto: qual dos dois — o empresário ou o dono de negócio — tem seu lugar assegurado, no mundo atual e qual deles responde mais às necessidades da vida sócio-econômica contemporânea?

Neste ponto, cumpre mencionar de que maneira o empresário proporciona avanços e de que forma o dono de negócio prejudica a elevação do nível de bem estar dos povos.

Relacionada ao primeiro aspecto distintivo entre a personalidade de um e outro — administrar diretamente e pessoalmente, sempre, o negócio — podemos observar claramente a repercussão no sistema educacional de um país cujas universidades procuram moldar-se às exigências do momento presente. No seu afã de preparar técnicos capazes de enfrentar os desafios próprios às sociedades em crescimento e desenvolvimento, os estabelecimentos de ensino superior oferecem ao mercado de trabalho, anualmente, o resultado palpável do dispêndio de vultosos recursos: turmas numerosas, compostas de jovens ansiosos por participar da vida nacional.

Que fazem os donos de negócios, diante da mão-de-obra qualificada que resulta dos esforços governamentais no setor da educação?

Simplesmente a ignoram. Dentro da própria empresa (?) há homens com suficiente experiência, que nenhum diplomado supriria. Além do que, a escola superior prepara apenas teóricos, intelectuais desligados da realidade do país.

Quer dizer: escondem-se atrás de supostas deficiências do ensino superior, ao invés de oferecerem aos jovens a oportunidade que só os verdadeiros empresários oferecem, quanto à complementação

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

dos aspectos eminentemente teóricos do ensino superior. Nem isso interessa a eles, pois que o treinamento significaria a excelência do profissional e redundaria na temida perda de posição, dentro da organização. Vêem no profissional de nível superior um inimigo que é preciso manter afastado tanto quanto possível dos limites da organização. Enquanto isso, os empresários legítimos absorvem a mão-de-obra qualificada, treinam-na em missões e funções específicas e se aproveitam de seus conhecimentos teóricos para torná-los profissionais a serviço da empresa.

Os resultados dessa perspectiva contraditória refletem-se na vida econômica do país, dado que ela serve para acentuar divergências e dificultar a formulação de políticas adequadas e unificadas.

A segunda distinção — a responsabilidade social da empresa — conduz o dono de negócio ao individualismo exacerbado, atualmente posto de lado até mesmo nas nações mais extremamente capitalistas. O lucro, o lucro e o lucro — eis o falso tripé em que se assenta a atividade do dono de negócio, incapaz de vislumbrar as relações de sua atividade com a sociedade global e talvez inconscientemente advertido de que logo será arrastado pelo turbilhão de novidades e aperfeiçoamentos tecnológicos. Nesse caso, então, é necessário amealhar o máximo de recursos, para no negro futuro próximo viver tranquilamente, de rendas absolutamente nocivas ao desenvolvimento do país.

O verdadeiro empresário, ao invés disso, reconhece seu exato lugar na sociedade e não vê a coletividade como um ente estranho, ao qual compete apenas absorver todas as coisas produzidas, sem se perguntar sobre a qualidade e a oportunidade de aquisição do produto elaborado. A coletividade, para o empresário, é algo de que ele próprio faz parte, com sua família. Por isso e porque das relações mantidas entre sua empresa e os clientes ele sabe que resulta a sobrevivência de sua atividade — ele procura adaptar-se às mutações, utilizar procedimentos atualizados, servir tanto quanto ser servido.

O empresário, relativamente à experiência, acredita nela como fator positivo em qualquer tipo de trabalho. Só que está aberto às inovações e reconhece que é nas escolas que se aprendem os "porquês" das coisas, ao contrário do homem de negócios, para quem experiência significa número de anos numa só e imutável atividade. Vai daí, enquanto um vê com bons olhos a contribuição jovem e modernizadora, o outro simplesmente a ignora, quando não a combate abertamente.

O Governo vem tentando seriamente criar um espírito empresarial no Brasil. Há regiões que já contam, atualmente, com um bom número de empresários no sentido adequado do termo. Mas não será demais dizermos que muito ainda falta para que o Brasil chegue ao menos aos padrões neo-capitalistas que muitos donos de negócio se jactam de colocar em prática.

A PROJEÇÃO DAS EXPORTAÇÕES — OUTRAS FONTES DE DIVISAS

A projeção das exportações é, primordialmente, de probabilidade, uma vez que a demanda externa foge ao contrôle e influência do país exportador. Daí o cuidado especial que deve merecer tal variável exógena. Veja-se um exemplo prático, com base no método dos mínimos quadrados.

EXPORTAÇÃO

ANOS	SÉRIE (X) DE ANOS	TONELADAS (Y)	X . Y	X^2
1960	0	883	0	0
1961	1	850	850	1
1962	2	770	1.540	4
1963	3	670	2.010	9
1964	4	625	2.500	16
1965	5	532	2.660	25
1966	6	490	2.940	36
1967	7	435	3.045	49
1968	8	382	3.056	64
1969	9	327	2.943	81
1970	10	256	2.560	100
	55	6.220	24.104	385
	(ΣX)	(ΣY)	(ΣXY)	(ΣX^2)

Adaptado do Livro de Estatística — Prof. Viveiro de Castro.

Com base nos dados do quadro, poder-se-á utilizar as equações normais da reta:

$$\Sigma Y = aN + b\Sigma X$$

$$\Sigma XY = a\Sigma X + b\Sigma X^2$$

Resolvendo a equação temos a reta:

$$Y = a + bx$$

$$Y = 883{,}5 - 63{,}6\ t$$

Em que "t" substitui "X" para significar o tempo. Se projetarmos para 1971, encontramos 183,9 Toneladas, que é a tendência em condições "ceteris paribus".

Com efeito, não é demais repetir que as exportações desempenham papel de transcendental importância para os países menos desenvolvidos, importância essa que varia desde a capacidade que tem de promover tais economias de bens de produção, cujo aparelho produtivo não está habilitado a produzir, até a geração de incrementos na sua demanda global, sem olvidar que a disponibilidade de divisas permite, a curto prazo, a eliminação de pontos de estrangulamento porventura existentes na economia.

Nos dias fluentes, qualquer estudante de economia sabe que não se pode dissociar as atividades exportadoras da estratégia desenvolvimentista" duas políticas em trabalho de mútuo apoio.

É exportando, com pautas diversificadas, que um país quebra as algemas do sub desenvolvimento, conscientiza-se de sua fôrça e expulsa as possíveis tutelas econômicas. Daí a importância que atribuímos à projeção das exportações.

Não há dúvidas de que a projeção das exportações é, relativamente, uma tarefa complexa. Isto porque a projeção de probabilidade das exportações exige estudos de mercado para todos os produtos tradicionais que tenham expressão, em têrmos de ingresso de divisas. Sòmente com os dados fornecidos pela pesquisa de mercado é que se pode fazer juízo a respeito da quantidade do produto que é possível vender, bem assim o seu preço provável. Além disso é de toda conveniência que a projeção das exportações nos forneça a capacidade aquisitiva provável das divisas que se espera conseguir, a fim de ser comparada com as necessidade de importação.

Metodològicamente, podemos alinhar os passos imprescindíveis à projeção adequada das exportações:

a) Analisar a composição da pauta total de exportação e selecionar as rubricas mais expressivas para que sejam feitos estudos minuciosos. No quadro nº 39, do Programa da Ação Econômica do Govêrno para 1965/66, está consignada a pauta de exportação do Brasil, projetada para 1965, onde se vislumbra o café, algodão e minérios, liderando a pauta com participação de 53%, 8% e 6%, em números arredondados, respectivamente. Assim, as perspectivas das exportações totais de Brasil, naquele ano, respousavam no comportamento, principalmente, da exportação do café.

b) De posse do quadro geral das exportações, enceta-se o estudo de mercado das rubricas mais revelantes, com o objetivo de explicitar o comportamento histórico dos principais produtos exportáveis, em período passado não inferior a cinco anos. Com êsse material, pode-se tirar ilações escoradas em hipóteses razoáveis, do comportamento contemporâneo e futuro do mercado, das flutuações e dos fenômenos transitórios.

c) Determinar os fatôres que afetam a procura de cada produto considerado estratégico. Como se trata de demanda externa, há de levar-se em conta o nível de renda dos países importadores. Assim, por exemplo, no caso do café produto de demanda bastante elástica e de consumo imediato, ter-se-á que dirigir a atenção para renda pessoal disponível; em se tratando, entretanto, de matéria-prima, a variável a ser focalizada é a formação de capital dos países importadores, bem como o nível de sua atividade econômica. É óbvio que os preços têm importância capital, principalmente quando comparados com os dos produtos sucedâneos.

d) Estudar as condições de produção não só no país motivo de programação, como também dos países competidores. Esta investigação deve mostrar a técnica utilizada pelas atividades domésticas, para que seja comparada com a dos países competidores; neste sentido, deve-se considerar o obsoletismo das máquinas, a formação da fôrça de trabalho, o grau de utilização do equipamento, bem como as vantagens locacionais. Convém considerado a diferença entre o preço CIF e FOB, posto que a elevada diferença pode ser oriunda dos custos de embarques, como consequência da desorganização portuária, da falta de equipamento adequado de embarque ou mesmo da obsolecência desse instrumental. A lucratividade exagerada dos produtores também pode ser um obstáculo à concorrência no mercado internacional.

Em síntese, a projeção da exportação deve demonstrar o volume de exportação e seu preço de venda e os de importações para que se tenha uma idéia da capacidade para importar de cada produto exportável, bem assim da pauta total da exportação. A elaboração racional do orçamento de divisas só é possível se dispusermos desses elementos. Veja-se o quadro nº 2 a seguir.

CAPACIDADE DE IMPORTAR E IMPORTAÇÕES

QUADRO 2

Em Milhões de Dólares de 1953

Anos	Exportações de mercadorias (A) *	Efeito das variações na relação de intercâmbio (B)	Poder aquisitivo das exportações de mercadorias (C)	Saldo dos Serviços (D) *	Amortizações (E) *	Capacidade de importar (F)	Ingresso líquido de capital (G)	Capacidade de importar Total (H)	Importações afetivas FOB (I)	Insuficiência da capacidade de importar (J)
1953	1.539	—	1.539	— 554	46	1.139	91	1.230	1.116	+ 114
1954	1.331	453	1.784	— 391	154	1.239	128	1.367	1.618	— 251
1955	1.526	275	1.801	— 390	177	1.234	168	1.402	1.392	+ 10
1956	1.665	217	1.882	— 466	237	1.179	413	1.592	1.324	+ 268
1957	1.530	260	1.790	— 459	310	1.021	574	1.595	1.647	— 52
1958	1.480	281	1.761	— 434	456	871	675	1.546	1.661	— 115
1959	1.806	163	1.969	— 574	580	815	850	1.665	1.862	— 197
1960	1.813	18	1.831	— 681	594	556	625	1.181	1.874	— 493
1961	1.976	— 59	1.917	— 499	434	984	878	1.862	1.770	92
1962	1.812	— 290	1.522	— 404	353	765	534	1.299	1.630	— 331
1963	2.045	— 348	1.697	— 317	422	958	358	1.316	1.598	— 282

*A preços de 1953

Fonte: Programa de Ação Econômica do Govêrno — 1964/66.

Ante o quadro supra, que nos mostra as possibilidades da capacidade para importar, bem assim o nível histórico das importações efetivas ao preço FOB, pode-se formular os primeiros juízos valorativos a respeito das perspectivas futuras, no contexto do comércio internacional.

Com primeira aproximação, visando estabelecer prognósticos puros, poder-se-ia, por exemplo, projetar a capacidade de importar (Coluna H) e as importações efetivas (Coluna I), cujo comportamento futuro ensejará medidas de Política Econômica objetivando à eliminação de deficits descontrolados no balanço de pagamentos.

Pelo simples exemplo apresentado no item "a" precedente, pode-se aquilatar quão vulnerável é uma economia com pauta de exportação pouco diversificada ou dependente de reduzido número de produtos exportáveis, mormente em se tratando de produtos primários. Isto porque, mesmo as pequenas flutuações nos preços afetam significativamente aludidos produtos com reflexo negativos na economia.

Destarte, o programador há de dedicar superior atenção à Política Econômica voltada para a pauta de exportação, a fim de que a estratégia do desenvolvimento não seja perturbada no seu rítmo expansionista. Deve-se, assim, procurar dotar, como primeiro passo, o aparêlho produtivo de bens de capital com vistas a encetar um processo de substituição de importação consentânea com o estágio tecnológico do sistema em foco, o que exige um conhecimento das necessidades do mercado de trabalho. A seguir, se se deseja manter um ritmo de progresso com esbalidade razoável no balanço de pagamentos em C/C, hão de ser aproveitadas as oportunidades a diversificação que podem as palmilhar para estimar, preliminarmente, as divisas adicionais que são possíveis de obtenção através da substituição de importação e/ou da diversificação dos produtos exportáveis.

A prática tem demonstrado que o procedimento mais adequado e racional, que, inclusive goza da aceitação geral, é a aplicação da lei dos custos comparativos. Esta lei parte do princípio de que um país deve selecionar os bens que serão produzidos para o seu consumo e/ou para exportar, é que são aquêles que apresentam vantagens em têrmos de custos mais baixos, quando comparados com os bens similares produzidos no resto do mundo. Assim, o país obtém lucratividade ao especializar-se na produção dos bens em que apresenta a maior vantagem comparativa. Se, porventura, o país não possuir vantagem comparativa em qualquer bem, deve envidar esforços para especializar-se na produção do bem cuja desvantagem comparativa é menor.

Ao proceder-se à anamnese econômica do país, pode-se vislumbrar certos tipos de matérias-primas, as quais, exploradas baixos custos, ensejam que o país goze de vantagem comparativa nas linhas de produção em que aludidos insumos têm função preponderante. Assim, se o país tem, no seu espaço geográfico, carvão, ferro e cálcareo, pode-se pensar em têrmos de indústria siderúrgica com o escopo de diversificar a pauta de exportação e/ou substituir importações; se o país produzir algodão, pode explorar indústria têxtil; se produzir borracha há de dedicar-se a uma gama diversa de ramos econômicos; se dispõe de fôrça de trabalho abundante e barata dedica-se a atividade que exijam grande quantidade de mão-de-obra. Também deve-se ter presente que a posição geográfica do país pode favorecer ou dificultar suas possibilidades de ingresso no sistema competitivo internacional.

Outro aspecto que poderá ser levado em consideração, como critério seletivo, é o tamanho da unidade produtiva; sua influência nos custos unitários propicia a economia de escala, sem olvidar o nível, produtivo técnicamente ótimo. Isto porque não basta produzir muito, é necessário determinar o ponto ótimo de produção. Vejamos um exemplo para ilustrar.

QUANTIDADE Q	PREÇOS P	RECEITA TOTAL RT	CUSTOS TOTAL CT	LUCRO L	RECEITA MARGINAL RM	CUSTO MARGINAL CM	LUCRO MARGINAL LM
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
0	144	0	256	— 256			
1	134	134	320	— 186	+ 134	64	+ 70
2	124	248	340	— 92	+ 114	20	+ 94
3	114	342	355	— 13	+ 94	15	+ 79
4	104	416	368	+ 48	+ 74	13	+ 61
5	94	470	381	+ 89	+ 54	13	+ 41
6	84	504	400	+ 104	+ 34	19	+ 15
7	74	518	431	+ 87	+ 14	31	— 17
8	64	512	480	+ 32	— 6	49	— 55
9	54	486	553	— 67	— 26	73	— 99
10	44	440	656	— 216	— 46	103	— 149

Adaptação do quadro nº 4 constante do livre introdução à anpolisa economia — P.A.S. Samuelson.

Como o lucro (L) é igual à Receita Total menos o custo total (CT), nota-se, pelo quadro supra, que o rédito positivo mais elevado é encontrado em Cr$ 104,00 e que a quantidade ótima de produção se situa em 6 (seis) unidades ao preço de Cr$ 84,00:

$$P \times Q = RT$$

$$\text{como } L = RT - CT$$

$$\text{Vem } L = 504{,}00 - 400{,}00 = 104{,}00$$

$$\text{Sendo: } P = \text{Cr\$ } 84{,}00$$

$$Q = 6$$

$$CT = \text{Cr\$ } 400{,}00$$

O mesmo resultado pode ser encontrado se compararmos a receita marginal com o custo marginal, pois enquanto a diferença entre receita marginal e o custo marginal fôr positiva, pode-se continuar incrementando a produção até se tornar negativa. Assim a escala produtiva tècnicamente ótima é encontrada no momento em que o lucro marginal passa de positivo para negativo.

Outro critério que reputamos importantíssimo, principalmente em se tratando de países em via de crescimento econômico, é relacionado com o coeficiente de produtividade do capital, também conhecido como relação produto-capital. E é de importância primacial, face à escassez dêsse fator nessas economias. Desta forma, se há possibilidade para conseguir por exemplo Us$ 500.00 adicionais, a médio prazo, pela implantação de um projeto I, quer seja para produzir bens exportáveis ou para substituir importação, mas que aludido projeto solicite o investimento Us$ 1,000.00 e que, nas mesmas condições e prazo, tem-se outro projeto II que exige sòmente Us$ 800,00 de inversão, ao fazer o cotejo das relações produto/capital dos projetos não há dúvida de que se terá de optar pelo projeto II.

A adoção dos critérios citados representa apenas estudos preliminares, pois a ordem de prioridade pede a análise mais detida e cuidadosa, a fim de que possa ponderar outros elementos estratégicos. De qualquer sorte a adoção de qualquer critério de prioridade solicita exige, como pré-condição o seguinte:

a) Que haja os projetos específicos ou pelo menos seus perfís, onde estejam explicitadas as necessidades de investimento.

b) Que haja um levantamento dos recursos aptos à inversão.

Como em geral as necessidades são superiores às disponibilidade de recursos, ocorre a imperiosidade da adoção de critérios prioritários.

Na prática, entretanto, dificilmente podemos contar com êsses pré-requisitos, mui especialmente nos países subdesenvolvidos. Neste caso poder-se-á proceder ao levantamento dos produtos importáveis que mais carreiam divisas para o resto do mundo, a fim de ter-se uma idéia quantitativa do problema.

Assim, por ocasião de treinamento em "Montagem e analise de projetos", cursos aliás de cunho eminentemente prático, a coordenadoria poderá sugerir aos participantes a confecção dos perfís de projeto dos bens consumidores de divisas com o escopo de oferecê-los aos organizadores da produção.

Em verdade quando a disponibilidade de bens e serviços gerados no país não é suficiente para atender às suas necessidades, há de recorrer ao capital de empréstimo, de risco e/ou donativos externos. O montante dos empréstimos e inversão estrangeiras é-nos fornecido pelo deficit apresentado no balanço de pagamento em contas correntes. Daí ser aconselhável evitar planos de desenvolvimento ambicioso, a fim de que o país não sofra dependência econômica excessiva. Deve-se pois quantificar as metas, para que se possa ter uma idéia de grandeza dos empréstimos e investimentos que se pode e convém obter no resto do mundo.

Temos que apreciar agora a forma de ingresso de capital estrangeiro que mais interessa ao país. Em primeiro lugar devemos considerar o capital de empréstimo. Êste realmente, não modifica o regime de propriedade interna de fatôres. Todavia êle estabelece endividamento do país através da concessão de títulos de crédito ao exterior e fixa contratualmente o pagamento dos juros correspondente ao capital, bem assim, as amortizações em períodos adredemente convencionados. O outro, o capital de risco, chega ao país sob a forma de inversão direta e passa a controlar uma parcela dos fatôres atuantes na economia do país, propiciando, destarte, que uma fração da renda por ela gerada seja remetida para o exterior a título de royalties, dividendos, lucros e, às vêzes, salários.

No período da decolagem econômica, em que tudo no país deve estar ainda embrionário, rudimentar, parece que o capital de risco pode desempenhar aí um papel primordial de vez que traz consigo, também, as técnicas mais atualizadas e que poderão ser aculturadas pela fôrça de trablho doméstico. Assim, quer-nos parecer que o capital de risco de torna importante no momento que a economia não disponha ainda de mão-de-obra semiqualificada e/ou especializada. Isto porque não acreditamos no êxito do sistema econômico, que, não estando dotado de fôrça de trabalho adequado, promova a importação de máquinas e equipamentos de altos índice tecnológico.

Cumpre notar, entretanto, que se o país não goza de estabilidade política onde a nacionalização das emprêsas estrangeiras é sempre ameaçada e que os empresários alienígenas sofrem discriminações, é pouco provável que haja inversões externas. Ademais se o país não costuma solver com pontualidade seus compromissos ou não os paga, dificilmente encontrará generosidade no mercado de capitais estrangeiro.

Eis o motivo por que se aconselha adotar critérios limitativos do endividamento externo, isto é, assumir obrigações segundo as rígidas condições de solvabilidade do país, e que corresponde à "prudência financeira". Desta sorte, os compromissos fixos — juros e amortizações devem ser contratados com suporte na média dos ingressos de divisas das transações correntes, obtidas durante um período de cinco ou mais anos imediatamente anterior ao plano.

Vamos oferecer um exemplo numérico, visando melhor percepção.

INGRESSO DE DIVISAS EM C/CORRENTE

ANOS	Us$ (a)	$b = a - \bar{X}$	
1961	80	— 20	
1962	60	— 40	
1963	135	+ 35	
1964	75	— 25	
1965	85	— 15	
1966	135	+ 35	
1967	140	+ 40	
1968	125	+ 25	
1969	95	— 5	
1970	70	— 30	

$a = 1.000$

Pela disposição dos elementos supra, procede-se ao cálculo da média ($\bar{x}$):

$$\bar{x} = \frac{a}{N} = \frac{1.000}{10} = 100$$

Após o cálculo dos afastamentos em relação à média ($\bar{x}$), verifica-se que as maiores flutuações ocorrem em tôrno de + 40 ou 40%. Se estabelecermos que os compromissos fixos podem situar-se em 20% da média nos anos de baixo ingresso (Us$ 60), haverá a absorção de apenas $\frac{1}{3}$ do ingresso de divisas em contas correntes. Vê-se, pois, que a percentagem de compromissos fixos varia conforme a estabilidade dos ingressos de divisas.

É bom ter presente que na margem assecuratória citada não levamos em consideração as remessas de lucro ou dividendo, visto que os réditos das emprêsas estrangeiras costumam flutuar com o ingresso de divisas, mormente se elas têm grande parte de suas atividades voltadas para o setor exportador. Se, todavia, o investimento externo dedicar-se exclusivamente ao suprimento da procura interna e se o país busca a todo custo a estabilidade intestina, é o óbvio que essas emprêsas não sofrerão da mesma sensibilidade.

Infelizmente não se têm notícias de critério econômico para dimensionar com prudência a entrada de capital de risco, visto trazer, via de regra, implicações políticas. Pode-se, entretanto, através da Política Econômica bem orientada, encaminhar o capital de risco para os ramos econômicos carentes de recursos, na economia.

A INTEGRAÇÃO DO HOMEM NO TRABALHO

Randolpho Bittencourt

AS RELAÇÕES HUMANAS em qualquer tipo de emprêsa, representam o princípio básico e fundamental que dinamiza e movimenta tôda a estrutura de pessoal da organização, em pról da obtenção de um objetivo, sempre primacial: AUMENTO DA CAPACIDADE DE TRABALHO.

O homem no trabalho, não pode mais deixar de ser considerado, nos tempos atuais, como u'a pessoa humana, isto é, como um ser que pensa, sente, observa e age e não como uma simples peça que pode ser movimentada à vontade. A precisão, hoje em dia indiscutível, dêsse conceito essencial para a Administração, nos leva à contundente conclusão de que a essência de muitos fracassos industriais, ou comerciais, é a pouca atenção dispensada pelos administradores empíricos a êste ponto.

A maneira, pois mais objetiva de se obter a integração do ser humano no trabalho é fazer com que êle sinta que desempenha uma função necessária para a empresa ou negócio, fazendo-lhe ver que dêle depende, em grande parte, o bom andamento da organização. A isto, se chama modernamente de PARTICIPAÇÃO ou **Consciência de Participação** fator absolutamente indispensável para a mais autêntica adequação do homem ao trabalho.

Não há nada mais prejudicial que a hostilidade ou ressentimento do empregado para com a instituição em que trabalha, isto porque, o descontentamento daí originado é como uma verdadeira epidemia que se propaga e se alastra com muita facilidade, vindo a atingir, pelo processo imitativo bastante comum em qualquer ambiente de grupo sócial, a quase tôdas senão mesmo a tôdas as camadas de pessoal da organização.

Naturalmente o homem, que passa oito ou mais horas do dia dentro de um escritório, fábrica ou oficina, sem o estímulo nem a consideração necessários à sua condição de pessoa humana, terá de sentir-se incompatível com essa situação, que com o tempo pode derivar em revolta, íntima ou manifesta, e, consequentemente, em baixo rendimento ou ainda indiferença. Êsse homem trabalhará maquinalmente sem nenhuma afeição ou dedicação pela função que exerce, jamais portanto, vindo a atingir os melhores índices de produtividade que dêle são naturalmente esperados.

Se, dentro de uma organização, o pessoal não dá atenção ao trabalho, ou, como se diz vulgarmente, "não liga para nada", é porque as RELAÇÕES HUMANAS foram completamente descuidadas. Além do mais a insatisfação no trabalho atinge também a profundas repercussões externas que afetam inclusive à família e, portanto, à sociedade: a pessoa que se movimenta dentro de um clima negativo — nêste caso o trabalho — tende a ser hostil e procura, como válvula de escape, desabafar nos sêres mais chegados a ela ou seja aos seus familiares.

A incompatibilidade ou desarmonia entre o próprio pessoal é outra das causas que ocasionam a insatisfação no trabalho. Êste ponto pode ter sua origem nos apadrinhamentos, privilégios, etc., que são os núcleos geradores de muitos desequilíbrios, atritos e conflitos entre o pessoal.

Do mesmo modo, as críticas pouco construtivas ou desmoralizadoras, da parte dos próprios colegas ou dirigentes, assim como a bajulação e a subserviência, quando implantadas no ambiente de trabalho geram tôda sorte de descontentamentos e problemas pessoais.

A crítica, por exemplo, quando é feita em tom de mofa ou de diminuição dos valôres pessoais, tem como consequência o ressentimento e, às vêzes, até a antipatia; ao passo que a crítica edificante, aquela, que mostra os êrros sem menospresar as qualidades ou a capacidade pessoal, atua como estimulante para produzir mais e melhor.

É por isso que os dirigentes devem incentivar a prática das boas relações entre o pessoal, incutindo a tolerância e compreensão entre colegas. Isto pode ser objetivado, através de programas intensivos de RELAÇÕES HUMANAS, envolvendo ampla divulgação de seus princípios básicos; cursinhos de treinamento e reuniões democráticas para troca de ideías e pontos de vista.

Se um chefe deseja recriminar um empregado por uma falta ou êrro, nunca deverá fazê-lo diante dos demais, pois é lógico que com essa atitude estará diminuindo e melindrando o funcionário, e, por conseguinte, provocará o seu ressentimento, que terá por sua vez como consequência a falta de interêsse pelo trabalho e, naturalmente a queda de produção.

Apesar de já estarem bastantemente divulgados tais princípios e ensinamentos de RELAÇÕES HUMANAS, são poucos os dirigentes, chefes intermediários e mesmo supervisores empresariais, que dão a dev da importância a esta face da psicologia das relações humanas no trabalho.

Torna-se, portanto, necessário repisar que o empregado deve sempre ser situado como um ser humano no trabalho, possuidor de uma personalidade mais ou menos complexa e que por isso mesmo deve ser valorizado e estimulado em suas qualidades e capacidade pessoais.

Os dirigentes ou chefe moderno deve preocupar-se por conhecer as tendências, inclinações e possibilidades de cada empregado. Individualizará as pessoas de seu grupo de subordinados e estudará cada caso em separado. Assim êle poderá saber quais são as qualidades e defeitos de cada um, ao mesmo tempo que tentará resolver os problemas pessoais relacionados com o trabalho.

Certo é que, para isso, precisa contar com a colaboração de seus imediatos seguidores e dos próprios servidores.

É muito difícil conhecer a psicologia das multidões ou dos grupos sem o adequado e suficiente preparo. O homem-líder por natureza, é aquêle que comanda porque tem domínio natural sôbre as massas, e práticamente não necessita de grandes conhecimentos; todavia, está sempre ao sabor das circunstâncias "ambiente" e de seu ajustamento às tendências e aspirações do próprio grupo.

Já o homem que lidera porque se preparou para isto, conhece a psicologia individual e a psicologia dos grupos. Estudou as reações de seus semelhantes, aprendeu a conhecê-los e a compreendê-los, é capaz de interpretar e diagnosticar as suas personalidades. Então êste sim, será efetivamente um líder no trabalho, capaz de atrair e conquistar simpatias, sobrepor-se às contingências ocasionais e comandar aos membros do grupo, levando-os a compreender e aceitar os seus objetivos e motivando-os para uma plena produtividade.

Hoje em dia, o chefe deve ser o coordenador das relações entre o pessoal e a emprêsa. Deve liderar moral e materialmente os grupos de pessoas que lhe estejam afetos.

Quando os homens coordenam e conjugam seus esforços, sua eficácia se multiplica. Mas, essa conjugação no trabalho, só pode ser conseguida mediante uma sólida base de harmonia e colaboração mútua.

"ASSESORIA' — FÚNÇÃO CONHECIMENTO / EXPERIÊNCIA

LUIZ AMAZONAS PIMENTEL

Hoje em dia é comum encontrar-se o têrmo "STAFF", empregado errôneamente, espelhando a falta de conhecimento dos princípios, conceitos e normas de Organização e Administração Científica. Às vêzes é usado para dar maior importância a um cargo e, em diversas ocasiões é utilizado como capa para o nepotismo.

"STAFF" é traduzido como cajado ou ponto de apoio. Na Organização e Administração é empregado para distinguir a equipe de pensamento, possuidora apenas de Autoridade Consultiva, servindo de apoio para as Autoridades Deliberativa e Executiva, aliviando seu volume de trabalho e facilitando o processo decisório e ação administrativa.

O trabalho do assessor em tôrno do Administrador é considerado um processo intelectual, compreendendo busca de fatos, planejamento e organização.

Para o exercício da função de assessoria, deve o corpo escolhido ser de especialistas altamente qualificados e possuidores de significante experiência no campo de responsabilidade que lhe é delegada. Por isso não é aconselhável a utilização de um assessor nôvo e inexperiente, pois é inviável que seja capaz de oferecer algum aconselhamento de organização, administração ou de "KNOW-HOW", mesmo supondo-se que seja possuidor de significativa formação cultural, porque necessita de vivência para aprender a validade das técnicas às situações.

Tem como competência a de analisar os problemas que lhes são expostos pela autoridade deliberativa ou executiva, a fim de apresentar soluções viáveis e compatíveis com os objetivos da instituição.

Sua finalidade é a de aliviar a autoridade de tope, aumentando-lhe o tempo para a verificação dos aspectos globais da instituição e corrigir as distorções operacionais aferidas pelo sistema de contrôle e ter profundo conhecimento de causa, em virtude de tôdas as alternativas possíveis serem oferecidas pela equipe de pensamento. Permitindo tomar uma decisão com ínfimas possibilidades de erros, já que, decidir é optar; ou seja, é preferir algo em detrimento de algo.

Algumas vêzes a autoridade deliberativa não possuidora de autoridade consultiva qualificada e experiente, toma decisões sem conhecer tôdas as alternativas e, depois fica lamentando os insucessos e fracassos do organismo.

William Newman define as atribuições do assessor, como sendo as seguintes:

1) Reunir fatos; 2) Resumir e analisar fatos; 3) Sugerir linhas de conduta; 4) Debater projetos com vários chefes e obter suas anuências ou razões das objeções; 5) elaborar as ordens e outros documentos necessários à implantação de um plano; 6) Explicar e interpretar as ordens emitidas; 7) Observar a marcha das operações, a fim de apurar se as ordens emitidas estão surtindo os resultados esperados; 8) Iniciar novos planos, com base na experiência operacional e nas condições; 9) Promover intercâmbio de informações entre os chefes de operações, visando a incentivar a coordenação voluntária; 10) Estimular o entusiasmo do pessoal de operações pelas diretrizes e programas estabelecidos; e 11) Informar e esclarecer o pessoal de operação sôbre a execução das tarefas que lhes forem delegadas.

A enumeração acima evidencia os vários encargos que podem ser cometidos ao assessor.

O nível de uma assessoria reflete a grandeza de organização de uma instituição e as suas possibilidades operacionais. Assessoramento é o apoio básico estrutural prestado à autoridade executiva, por especialista. Assessor é o técnico altamente qualificado que possui capacidade de oferecer aconselhamento, diminuindo a carga de trabalho dos homens que dirigem.

A diferença entre assessor e assistente, situa-se no seguinte: o primeiro é possuidor de autoridade consultiva, e o segundo é aquêle que substitui o Diretor nos impedimentos eventuais e, quando na sua presença, constitui-se a sua verdadeira sombra. Então, o assistente é dotado de uma autoridade executiva.

O NOSSO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

J. EDSON DE MENEZES
4º ano de Administração

Faz exatamente um ano, que a revista especializada "Análise e Perspéctiva Econômica — APEC", nº 151, publicou um comentário sobre artigo do Sr. Christian Hoche, a respeito do ensino de Administração de Emprêsa nos E.U.A, e na Europa.

Entre outras observações, diz: "Os diplomas não são atribuídos, como na Europa (referindo-se aos E.U.A) a partir de um só exame final. São levados em conta a assiduidade, as notas anuais e **a frequência a cursos paralelos, opcionais**" (o grifo é nosso).

Naturalmente, todo o comentário da revista é excelente e demonstra a preocupação que o articulista tem pelo ensino da Ciência de Administração em nosso País.

Entretanto, aquêle tópico ficou marcando em nossa memória por todo êste tempo e sempre nos perguntamos porque nossa Faculdade não institue um cadastro para cada aluno, registrando todo o seu "curriculum vitae", que seria de grande utilidade para ela mesma, quando necessitasse contratar novos elementos para o seu corpo docente ou para o seu recém-criado Departamento de Estágios.

Quando o aluno concluisse o curso e fôsse enfrentar a realidade das gestões administrativas, saberia que podia contar com uma poderosa fonte de referências, que seria a sua própria Faculdade de onde foi egresso.

Como funcionaria êsse cadastro:

1. A Secretaria da Faculdade abriria um cartão para cada aluno, com toda a sua identidade, baseada em documentação que é obrigado apresentar quando se matricula num de seus cursos;
2. Nêsse cartão haveria espaço para registrar suas promoções de série; conferências que houver pronunciado, mesmo em caráter experimental; cursos que frequentou com aproveitamento real, dentro ou fóra do recinto da Faculdade, provado com apresentação do respectivo certificado; resultado de sua "performance" no período que estêve sob regime de estágio supervisionado, em emprêsa privada ou pública; etc.
3. A êsses dados poderiam ser acrescidas informações sobre as funções exercidas pelo aluno, em emprêsas privadas ou públicas. Êsse registro poderia continuar sendo feito, a pedido do interessado mesmo que já houvesse concluído seu curso na Faculdade.

A respeito do interêsse que teriam alunos e Faculdade, em ter funcionando um cadastro dessa espécie, preferimos que a imaginação de cada um aja livremente. Ainda recentemente, tivemos oportunidade de frequentar, com mais alguns colegas, um Curso de Produtividade Industrial patrocinado pela F.I.E.Am., curso êsse a cargo do Prof. Clauss Warshauer cujo "curriculum vitae" dispensava qualquer comentário.

O curso teve duração de 18 horas, porém o seu aproveitamento excedeu as expectativas, bastando que se cite o fato de que o Prof. Clauss, em apenas 90 minutos, conseguiu que toda a turma de 50 alunos, compreendesse toda a mecânica de funcionamento do sistema PERT-CPM e suas implicações que foi uma de suas últimas etapas. A principal tônica dêsse curso foi a Criatividade, a melhor maneira de se enfrentar o mundo com suas novas tecnologias.

Ora, um curso como êsse, bem que merecia um registro especial pela nossa Faculdade e enriqueceria o registro de atividades dos seus alunos. E assim outros e outros cursos.

A idéia aqui esposada, pode parecer à primeira vista, pretensiosa, onerosa ou difícil de realizar, mas, entre coisas aprendemos com o Prof. Clauss, que é preciso sabermos enfrentar o ridículo se não quisermos enfrentar o ridículo se não quisermos que nossas idéias sejam sepultadas conosco.

NOTA: Publicamos este comentário como homenagem ao acadêmico Edson de Menezes tão tragicamente desaparecido ao fim do seu Curso de Administração.

a universidade
do
amazonas

está trabalhando
na preparação
de recursos humanos
para o desenvolvimento

matricule-se em uma de suas
faculdades

venha ajudar a universidade
a trabalhar pelo
Amazonas

revista da faculdade de ciências econômicas

Composto e impresso
na Imprensa Oficial

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura